Demonstrações Financeiras

GS Inima Industrial Triunfo S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
·	



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1° e 3° andares - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax: +55 19 3322-0559 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **GS INIMA Industrial Triunfo S.A.** Triunfo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Marcos Roberto Sponchiado Contador CRC-1SP175536/O-5

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2021	2020
ATIVO	ехрисациа	2021	2020	FASSIVO E FATRIMONIO LIQUIDO	ехріїсаціча	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.454	14.441	Arrendamento Mercantil		1.705	1.205
Contas a receber	6	7.574	6.070	Debêntures privadas	9.1	5.016	21.950
Estoques		3.903	2.563	Fornecedores		9.141	6.113
Impostos a recuperar		734	1.394	Obrigações sociais		2.601	2.161
Outros créditos		733	353	Obrigações fiscais		1.707	971
Total do ativo circulante	_	36.398	24.821	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	12.493	-
				Partes relacionadas	10	610	407
NÃO CIRCULANTE				Outras obrigações		13	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Total do passivo circulante	_	33.286	32.807
Fundo Restrito	5	8.097	7.303				
Tributos a recuperar		231	231	NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais		10	5	Arrendamento Mercantil		78	1.682
Outros créditos	_	79	<u>-</u>	Debêntures privadas	9.1	146.383	137.909
	_	8.417	7.539	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	45.943	42.266
				Total do passivo não circulante	_	192.404	181.857
Imobilizado	7	99.589	89.991				
Intangível	8	196.191	201.986	Total do passivo	_	225.690	214.664
	_	295.780	291.977		_		
	_			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Total do ativo não circulante		304.197	299.516	Capital social		185.265	185.265
				Reserva de lucros		10.732	5.500
				Ajustes de avaliação patrimonial	_	(81.092)	(81.092)
				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		114.905	109.673
				Total do patrimônio líquido	_	114.905	109.673
TOTAL DO ATIVO	-	0.40 505	004.007	TOTAL DO DAGONIO E DATDIMÂNIO (CONDO	_	040 505	004.00=
TOTAL DO ATIVO	=	340.595	324.337	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	=	340.595	324.337
As notes explications cão parte integrante dos despressor	oonstracões cont	áhaic					

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota		
	explicativa	2021	2020
			_
RECEITA LÍQUIDA	14.a	119.251	109.810
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14.b	(62.979)	(52.128)
LUCRO BRUTO	_	56.272	57.682
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
Gerais e administrativas	14.b	(19.467)	(16.643)
Outras despesas operacionais, líquidas		5	-
	_	(19.462)	(16.643)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO	_		
RESULTADO FINANCEIRO		36.810	41.039
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14.c	1.171	933
Despesas financeiras	14.c	(11.287)	(10.555)
		(10.116)	(9.622)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	_	26.694	31.417
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b	(5.292)	(106)
Diferidos	11.b	(3.677)	(10.550)
	_	(8.969)	(10.656)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	- -	17.725	20.761
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	<u>-</u>	0,16	0,18
	=		

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.725	20.761
Total do resultado abrangente do exercício	17.725	20.761

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital	Reserva	Lucros	Ajuste de avaliação	Lucros	
	social	Legal	Retidos	Patrimonial	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	185.265	2.419	1.321	(81.092)	-	107.913
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.761	20.761
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	(1.320)	-	(12.749)	(14.069)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.931)	(4.931)
Transferência para reservas	-	1.038	2.043	-	(3.081)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	185.265	3.457	2.044	(81.092)		109.673
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.725	17.725
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	(2.044)	-	(6.239)	(8.283)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.210)	(4.210)
Transferência para reservas	-	886	6.390	-	(7.276)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.265	4.343	6.390	(81.092)		114.905

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota		
	explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		17.725	20.761
Lucro líquido do exercício Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa oriundo das atividades operacionais		17.725	20.701
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11.b	3.677	10.550
Depreciação e amortização	11.5	15.457	14.519
Juros sobre empréstimos e debêntures	9.b	10.486	9.282
Amortização de custos para emissão de debêntures	9.b	285	391
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.505)	3.331
Estoques		(1.340)	787
Impostos a recuperar		661	83
Outros créditos		(464)	510
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		3.028	1.592
Partes relacionadas		203	407
Obrigações sociais		440	(307)
Obrigações fiscais		736	(715)
Outras obrigações		14	(549)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		49.403	60.642
Juros pagos sobre debêntures	9.b	(5.623)	(9.469)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		43.780	51.173
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Fundo Restrito		(794)	1.262
Aquisição de ativo imobilizado		(19.283)	(6.207)
Aquisição de ativo intangível		(128)	-
Baixa do ativo imobilizado		150	70
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		(20.055)	(4.875)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos:			
Pagamentos de debêntures	9.b	(12.831)	(21.996)
Custo de transação		(777)	-
Arrendamento mercantil		(1.104)	(1.218)
Pagamento de dividendos		 -	(19.000)
Caixa ouriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		(14.712)	(42.214)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		9.013	4.084
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		14.441	10.357
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		23.454	14.441
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	•	9.013	4.084

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Companhia") tem como objetivo social a produção e venda de águas industriais utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e disponibiliza água de incêndio para essas mesmas empresas. Tem como maior cliente a Braskem S.A. ("Braskem") através do contrato com vigência de 40 anos, contados, a partir de 1 de fevereiro de 2014. O contrato prevê o reajuste anual utilizando substancialmente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e opção para renovação do prazo. A Companhia, anteriormente denominada Distribuidora de Águas de Triunfo S.A. teve sua razão social alterada em 8 de novembro de 2019.

A sede da Companhia está localizada na Rodovia BR 386, Tabai Canoas, S/N, KM 419 parte via contorno 850, Passo Raso, Município Triunfo, Rio Grande do Sul.

Em 10 de abril de 2019, o Conselho de Administração da controladora indireta BRK Ambiental aprovou a alienação da totalidade de sua participação do segmento Industrial representado por 82,76% das cotas do FIP OI - Fundo de Investimento em Participações Operações Industriais, no qual a Companhia faz parte.

Em 10 de maio de 2019, a BRK Negócios Industriais, por meio do FIP OI, assinou o contrato de venda do segmento Industrial para a GS Inima Brasil Ltda. ("GS Inima").

Em 10 de julho, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e em 30 de setembro de 2019, a transação foi concluída. Desta forma a Companhia é parte integrante do Grupo GS Inima.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia aprovou em assembleia a mudança da denominação social de "Distribuidora de Águas Triunfo S.A." para "GS Inima Industrial Triunfo S.A."

A administração entende que a transação não afeta significativamente as informações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021, uma vez que altera somente sua estrutura de acionistas.

Impactos da Covid-19

A Companhia, visando a saúde e segurança de todos os colaboradores bem como de seus familiares, parceiros e clientes e considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, atua fortemente na prevenção ao contágio do Covid-19.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

<u>Impactos da Covid-19</u>--Continuação

Em março de 2020 a diretoria aprovou um plano de contingência com medidas protetivas para evitar o contágio e disseminação da COVID19. Este plano foi elaborado com a colaboração de um infectologista e foram respeitados todos os protocolos estabelecidos por lei e recomendados por entidades da área da saúde.

Entre as medidas prioritárias estabelecemos políticas e práticas de flexibilização do local de trabalho para reduzir contato social na empresa. Além disso, disponibilizamos materiais de higiene pessoal como álcool em gel, e elaboramos comunicados sobre as medidas protetivas contra o Covid-19.

É obrigatória a utilização de máscaras. Além disso intensificamos a limpeza dos locais de trabalho, com desinfecção das superfícies. É vedado o compartilhamento de objetos que são tocados por mão e boca. Os equipamentos de proteção individual também são constantemente higienizados.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis.

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.491/09.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Administradores e acionistas da Companhia em 30 de março de 2022.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Empresa e sua controlada.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 14.a reconhecimento de receita;
- Nota Explicativa nº 11.b reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos; e
- Notas Explicativas nº 7 e 8 vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo nº 4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da venda de água industrial no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades

2.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para administrá-los. Inicialmente, a Companhia mensura um ativo financeiro pelo valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

As contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em cinco categorias:

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de OCI, sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros -- Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- (d) Desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (e) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- (a) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais.
- (b) Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros recebíveis incluídos no ativo financeiro atual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros obrigados a mensurar pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não são apenas pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem demora material a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou firmou um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo de contraprestação que a Companhia pode ser obrigada a pagar.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs) para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxa taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 9.1

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem satisfeitos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3. Impairment de ativo não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.4. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Tributação--Continuação

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Ativos intangíveis

a) Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por impairment, se necessário.

b) Direito de uso

O direito de uso refere-se à exploração do contrato de fornecimento de água e esgoto, adquirido em uma combinação de negócios, tendo sido reconhecida pelo valor justo na data de aquisição, tendo sua amortização efetuada de forma linear.

2.6. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021--Continuação

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de Seguros.

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante---Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório:
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia está avaliando eventual impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

c) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia está ligada, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa.
- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda
 pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma
 que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a
 probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia
 não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

c) <u>Provisão e passivos contingentes</u>--Continuação

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

a) Risco de crédito

A Companhia possui um risco reduzido de crédito em virtude do atual cliente possuir classificação de rating elevada - "AAA (bra)" com perspectiva estável, conforme agência *Fitch Ratings* - Risco de crédito corporativo - Escala nacional.

Em operações com instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes, conforme demonstrados no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e os fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	2021	2020
Ativos pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	23.454	14.441
Fundos restritos	8.097	7.303
Contas a receber	7.574	6.070
	39.125	27.814
Passivos financeiros pelo custo amortizado		_
Fornecedores	(9.141)	(6.113)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(151.399)	(159.859)
Arrendamento mercantil	(1.783)	(2.887)
Partes Relacionadas	(610)	(407)
Outras obrigações	(13)	-
	(162.946)	(169.266)
	(400,004)	(4.44.450)
Ativos e passivos finaceiros, líquidos	(123.821)	(141.452)

4.4. Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 10.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.4. Estimativa do valor justo--Continuação

Após realizada as análises acima, a administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

5. Caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos

	2021	2020
Caixa Bancos	2 79	2 281
Aplicações financeiras	23.373	14.158
Fundo Restritos	8.097	7.303
	31.551	21.744
Ativo circulante	23.454	14.441
Ativo não circulante	8.097	7.303

⁽i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 98% do CDI.

6. Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber	7.574	6.070
	7.574	6.070
Ativo circulante	7.574	6.070

O saldo de contas a receber tem liquidez de no máximo 30 dias após a emissão das faturas, sendo o principal cliente a Braskem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	_	Equipamentos	Máquinas e		Móveis e	Obras em		vrendamento	
Custo de aquisição	Terrenos	de informática	equipamentos	Edificações	utensílios	andamento (i)	Tubulações	Mercantil	Total
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	161	1.877	55.711	4.195	561	56.332		5.113	123.950
Adições	101	69	1.216	227	32	4.663	-	5.113	6.207
Baixas	=	09	1.210	-	32	(70)	-	=	(70)
Transferências (ii)	-	- (55)	19.123	- 173	- (85)	(70) (27.879)	8.668	-	(70) (55)
C-1d- final 24 d- d	404	4 004	70.050	4.505	500	22.242	2.000	5.440	100.000
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	161	1.891	76.050	4.595	508	33.046	8.668	5.113	130.032
Depreciação acumulada									
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	-	(1.404)	(27.704)	(985)	(135)	-	-	(1.214)	(31.442)
Depreciação	-	(97)	(4.281)	(140)	(53)	-	(43)	(1.301)	(5.915)
Depreciação de mais valia	-	-	(2.478)	(210)	-	-	-	-	(2.688)
Transferências (ii)	-	4	(24)	(3)	27	-	-	-	4
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	(1.497)	(34.487)	(1.338)	(161)	-	(43)	(2.515)	(40.041)
Valor contábil líquido	161	394	41.563	3.257	347	33.046	8.625	2.598	89.991
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1 janeiro de 2021	161	1.891	76.050	4.595	508	33.046	8.668	5.113	130.032
Adições	101	1.091	2.736	4.595 792	-	14.809	-	825	19.283
Baixas	-	120	(1.768)	(19)		14.609	-	(150)	(1.937)
Transferências	_	_	43	973	-	(1.016)	-	(130)	(1.937)
-						•			
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	161	2.011	77.062	6.341	508	46.839	8.668		147.378
Depreciação acumulada									
Saldo inicial em 1 janeiro de 2021	-	(1.497)	(34.487)	(1.338)	(161)	-	(43)	(2.515)	(40.041)
Depreciação	-	(114)	(3.810)	(564)	(52)	-	(128)	(1.903)	(6.572)
Baixas		`- ´	1.768	` 19 [´]	` '		` ,	` ,	1.787
Depreciação de mais valia	-	-	(2.478)	(485)	-	-	-	-	(2.963)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	-	(1.611)	(39.006)	(2.368)	(213)	-	(171)	(4.418)	(47.788)
Valor contábil líquido	161	400	38.055	3.972	295	46.839	8.497	(4.418)	99.589
Vida útil (anos)		5 a 10	5 a 20	20 a 25	5 a 10				

⁽i) O saldo de obras em andamento refere-se, substancialmente, a modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura da planta e possui expectativa de conclusão em março de 2025.

⁽ii) O valor líquido refere-se a transferências entre as rubricas Imobilizado e Intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

intangivoi			
	Direito de		
	carteira de	Softwares e	
	clientes dire	eitos de uso	Total
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	237.891	4.095	241.986
Transferências (i)		55	55
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	237.891	4.150	242.041
Amortização acumulada			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	(33.547)	(588)	(34.135)
Amortização	-	(164)	(164)
Amortização de mais valia	(5.670)	(82)	(5.752)
Transferências (i)		(4)	(4)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(39.217)	(838)	(40.055)
Valor contábil líquido	198.674	3.312	201.986
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2021	237.891	4.150	242.041
Adições		128	128
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	237.891	4.278	242.169
Amortização acumulada			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2021	(39.217)	(838)	(40.055)
Amortização	` -	(171)	(171)
Amortização de mais valia	(5.670)	(82)	(5.752)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(44.887)	(1.091)	(45.978)
Valor contábil líquido	193.004	3.187	196.191
	40	5 a 10	

⁽i) O valor líquido refere-se a transferências entre as rubricas Imobilizado e Intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

9.1. Debêntures

b)

a) Composição

<u>Debenturista</u>	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2021	2020
Itaú Unibanco S.A.	Única	mai/2014	CDI + 2,57%	11,14%	ago/2033	153.329	161.297
(-) Custo de transação						(1.930) 151.399	(1.438) 159.859
Passivo circulante						5.016	21.950
Passivo não circulante						146.383	137.909
<u>Movimentação</u>							
						2021	2020
Saldo no início do exercício						159.859	181.651
(+) Adição de juros						10.486	9.282
(-) Amortização principal						(12.831)	(21.996)
(-) Amortização juros						(5.623)	(9.469)
(+) Amortização do custo de	transação					285	391

c) Prazo de vencimento

(-) Custo de transação

Saldo no final do exercício

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2021
2023	-
2024	7.632
2025	15.430
2026	15.430
Após 2026	107.891
	146.383

(777)

159.859

151.399

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

9.1. Debêntures--Continuação

d) Garantias e outras informações relevantes

Como garantia real, a Companhia celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Companhia, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, com as seguintes características:

i) Alienação fiduciária da totalidade das ações

Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a até então denominada BRK Operações Industriais, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia;

ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Cessão fiduciária de (a) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Companhia, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Companhia e a Braskem em 31 de dezembro de 2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Companhia à Braskem durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidos em contrato até a liquidação integral das Obrigações Garantidas e devidos a Companhia pela Braskem e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e (b) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Companhia, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário.

e) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui em seu contrato de escrituras de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas às debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

			2021			2020
	Contas a pagar	Dividendos/Jscp a pagar	Custos/ despesas operacionais	Contas a pagar	Dividendos/Jscp a pagar	Custos/ despesas operacionais
GS Inima Industrial	(434)	(12.493)	(3.202)	(273)	-	(2.133)
GS Inima Brasil	(176)	-	(1.763)	(134)		(1.171)
Total	(610)	(12.493)	(4.965)	(407)	-	(3.304)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal chave da administração, que contempla a Diretoria da Companhia, foi de R\$1.500 (em 2020 foi de R\$1.114) registradas no grupo de despesas administrativas, e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) <u>Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2021	2020
Ativo diferido	-	-
Passivo diferido	45.943	42.266
	45.943	42.266

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	2021	2020
Ativo de imposto diferido		
Ativo diferido	33.308	39.992
	33.308	39.992
Expectativa de realização do diferido é como segue:		
2022	4.177	
2023	4.410	
2024	5.039	
Após 2026	19.682	
	33.308	
Passivo de imposto diferido		
Passivo diferido	79.251	82.258
	79.251	82.258
Expectativa de realização do diferido é como segue:		
2022	5.511	
2023	5.188	
2024	7.054	
Após 2024	61.498	
·	79.251	

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	202	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Saldo em 1º de Janeiro de 2021	39.992	(82.258)	53.547	(85.263)	
Reconhecido na demonstração de resultado	(6.684)	3.007	(13.555)	3.005	
Total	33.308	(79.251)	39.992	(82.258)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.694	31.417
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(9.076)	(10.682)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças Permanentes	107	26
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	(8.969)	(10.656)
Correntes	(5.292)	(106)
Diferido	(3.677)	(10.550)
Total	(8.969)	(10.656)

12. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída.

A administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Processos com probabilidade de perda classificada como possível-Continuação

Natureza	2021	2020
Contingências trabalhistas e previdenciárias Reclamações tributárias (i)	476 32.536	260 -
	33.012	260

⁽i) Em 2021, a Companhia sofreu fiscalização da Receita Federal. Na ocasião, o Fisco entendeu que a despesa financeira da Controladora incorporada em 2013 não seria dedutível na apuração de IRPJ e CSLL, fato que resultou na lavratura de auto de infração concernente à glosa dessa despesa, dos períodos de 2016 a 2019. Cumpre salientar que os fatos geradores ocorridos anteriormente à data de conclusão do contrato de compra do segmento industrial celebrado entre GS Inima Industrial e BRK (30/09/2019) são de responsabilidade da BRK.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

	Capital social	Quantidade de ações ordinárias	% de participação
GS Inima Industrial	185.266	114.224.101	100%
Total	185.266	114.224.101	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

i) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal--Continuação

i) Básico--Continuação

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias e	17.725	20.761
preferênciais emitidas (milhares)	114.224	114.224
Lucro (prejuízo) básico por ação	0,16	0,18

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

d) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

e) Dividendos

Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido calculados nos termos da legislação brasileira.

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações.

Em 20 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram em assembleia a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$12.493 no qual 10.449 refere-se à participação do resultado do exercício e 2.044 referentes a reserva de lucros retidos, que serão pagos no decorrer do ano de 2022, e foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Em decorrência da incorporação reversa realizada pela Companhia em 5 de maio de 2014, o ágio de rentabilidade futura no valor de R\$81.092 foi alocado na controladora, sendo refletido em um Ajuste de Avaliação Patrimonial na Companhia.

14. Resultado do exercício

a) Receita

_	2021	2020
Receita líquida	119.251	109.810
	119.251	109.810
A reconciliação das receitas auferidas é como segue:		
	2021	2020
Áqua de Reuso	131.573	121.203
Prestação de serviço	544	528
ISS	(27)	(26)
PIS	(2.172)	(2.009)
COFINS	(10.003)	(9.252)
ICMS	(664)	(634)
Receita líquida	119.251	109.810

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado do exercício--Continuação

b) <u>Despesas por natureza</u>

CUSTO

	2021	2020
Custos de pessoal	8.940	7.767
Materiais	26.942	21.079
Serviços	12.572	10.016
Energia elétrica	8.092	6.571
Depreciação/amortização	6.372	6.000
Outros custos com operação e (recuperação)	61	695
Total	62.979	52.128
DESPESAS		
	2021	2020
Com pessoal	4.015	2.783
Materiais Adm	30	25
Serviços de terceiros	6.240	5.183
Depreciação/amortização	9.085	8.518
Publicidade e propaganda	40	13
Outras Despesas	57	121
Total	19.467	16.643

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado do exercício--Continuação

c) Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.144	663
Juros sobre títulos recebidos	-	252
Variação monetária e cambial ativa	27	18
Total	1.171	933
Despesa financeira		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(10.488)	(9.282)
Juros sobre títulos pagos	(3)	(41)
Custo transação	(285)	(391)
Variação monetária e cambial passiva	-	(2)
Outras	(511)	(839)
Total	(11.287)	(10.555)
Resultado financeiro líquido	(10.116)	(9.622)

15. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de edificações, garantias dos contratos assinados referente a prestação de serviços aos clientes, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de operações e ambiental, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	seguradas
Garantia de contrato	2.189
Responsabilidade civil	130.000
Riscos ambientais	30.000
Riscos operacionais	410.000

Importôncias

* * *